



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 03/23

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 30 DE JUNHO
DE 2023**

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre da Junta de Freguesia de Alcochete, pelas 21:30 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pelo Partido Socialista:

- Carlos Manuel Rosa Correia, Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ricardo Alexandre Gomes Loureiro, Ana Lúcia Felgueira Maduro, Diogo da Silva Mourão, José Luís Nunes Catalão, Mafalda de Almeida Catalão, José João Pereira Tavares e João Agostinho da Costa Carapinha Espiga.

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Álvaro Jacinto da Costa, Rui Miguel da Silva Mortal, Ana Cristina Tavares de Almeida Brandão e Helena Paula Menezes Batista.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves.

Pelo Partido Social Democrata:

- Andreia Patrícia Silva e Sousa.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Maria Manuel da Costa Maduro, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete, Leonel Cristóvão Cunha Fina, presidente da Junta de Freguesia de Samouco e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

Pelo Partido Socialista:

- Teresa Isabel Condelipes Rei, por motivo de se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituída por Elisa Beatriz de Jesus Massaroca (Documento anexo à Minuta da Ata).

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, por motivos pessoais, tendo sido substituída por João Nuno Navarro Monteiro Baptista Coelho (Documentos anexos à Minuta da Ata).

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Patrícia Pinto Felizes Figueira, por motivos de ordem profissional, tendo sido substituída por José Paulo Ribeiro Sena, dado as indisponibilidades de Nelson Roberto Nery Pinto, Joana Mafalda Gabriel Santos Nicolau, Fernando Martinho de Sousa Correia, Ana Mafalda Boieiro Marques, Jorge Manuel de Sousa Sinquenique, Alexandra Isabel da Silva Bráz e Maria da Conceição Falcato Seixal, igualmente por motivos profissionais (Documento anexo à Minuta da Ata).

Pelo Partido Chega:

- Cecília do Carmo Teles Brandão Martins, por motivo de se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituída por Sofia Reis Giro, dado as indisponibilidades de Nuno Filipe Valente, por motivos profissionais e Fernando Manuel Teles Brandão, por se encontrar ausente do país (Documento anexo à Minuta da Ata).

Os pedidos de justificação foram aceites.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o senhor presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, as senhoras vereadoras Ana Sofia Madeira Maduro e Natacha Patrícia Bexiga Patinha e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Dário João Ferra Moura e Jorge Manuel Pereira Giro.

Faltaram à sessão a senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares por motivo de gozo de férias e o senhor vereador Luís Miguel Carraça Franco por compromissos profissionais previamente assumidos (Documentos anexos à Minuta da Ata).

Seguidamente o senhor presidente da assembleia propôs a substituição da senhora 2.^a secretária da mesa, pela deputada Elisa Beatriz de Jesus Massaroca, o que foi aceite por unanimidade.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MUNICÍPES

- Não se registaram intervenções.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto este período, ao abrigo da alínea d), n.º 2, do artigo 20.º do regimento da Assembleia Municipal, usaram da palavra os seguintes membros:

- Alexandre Gonçalves, bancada do CDS/PP

Referiu que Portugal e o mundo passam por um dos piores períodos de seca extrema e espera-se que até 2050 esses períodos sejam mais recorrentes, sentindo-se mais os efeitos das alterações climáticas. Por isso, é imperativo mudar o nosso comportamento e afirmam os peritos que na neutralidade carbónica pode estar a solução para um futuro próspero. Neste contexto, e considerando a Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, que consolida objetivos, princípios e obrigações para os diferentes níveis de governação para a ação climática, através de políticas públicas e estabelece novas disposições em termos de política climática, bem como obrigatoriedade dos municípios apresentarem até fevereiro de 2024 os seus planos municipais de ação climática, solicitou informação sobre em que ponto está a elaboração do Plano Municipal para a Ação Climática, relativamente ao concelho de Alcochete.

- Andreia Sousa, bancada do PSD

Começou por enaltecer a grande operação “TAGUS CLAMS” efetuada na semana passada que juntou esforços de diversas forças de intervenção, esperando que a mesma não seja esquecida e que não tenha sido só um episódio isolado. Seguidamente, sobre o concurso para colocação de vários médicos de família, questionou quantas vagas ficaram preenchidas no Centro de Saúde de Alcochete e se ficaram vagas por preencher, no caso, quantas?

- Sofia Giro, bancada do Chega

Como moradora na área junto ao Colégio Penas Real, solicitou informação para quando se vislumbra dar àquela zona saneamento básico e água, afirmando que em pleno século XXI existem verbas para ciclovias, mas não para toda aquela zona que vive como se fosse um terceiro mundo.

Sobre a Escola Básica 2, 3 El Rei D. Manuel I, que está no seu limite de lotação, ou seja, no presente ano letivo albergou mais de 50 turmas e deveria albergar só 30 turmas, questionou sobre a solução e o *timing* que o executivo perspetiva para solucionar este problema.

Seguidamente, mencionou que o Chega durante a campanha das autárquicas de 2021 foi o único partido a se insurgir contra os mariscadores ilegais, quando os outros partidos assobiavam para o lado. Na semana passada, as autoridades atuaram, tardiamente, mas bem, no entanto o problema persiste, sendo uma vergonha o que se vai assistindo de forma mais intensa no Samouco, mas também em Alcochete, onde já se assistiu a cenas de pancadaria, dignas de filme. Questionou se para bem da segurança, do turismo e da imagem da vila de Alcochete o executivo está disponível para junto de empresas privadas de segurança e das autoridades competentes inviabilizar o acesso ao pontão.

- Álvaro Costa, bancada da CDU

Colocou a questão relacionada com a placa da praça da República, em Samouco para relembrar que a mesma ainda não estava repostada e para dizer que a verdade é a única forma de esclarecer as situações. Aludiu que o senhor presidente da Junta de Freguesia do Samouco, na última sessão da Assembleia Municipal afirmou que a placa caiu em cima de uma criança, pois não se encontrava fixa ao chão com parafuso, que apenas estava fixa com silicone, o que é mentira, e que o piso estava sujeito a abater no local da placa, não percebendo como o piso ali naquele sítio poderia abater. Nessa sessão da Assembleia Municipal como contestou a opinião, foi ao local, tirou fotografias ao local e o que detetou é que a placa é uma peanha com uma base em ferro, tendo em cada canto um espigão de ferro, chumbado nos mosaicos de cimento, havendo ainda resquícios de cimento cola. Ressalvou que uma peanha daquela altura não podia estar fixa só com silicone, a placa é que foi de tal forma abanada e vandalizada que partiram os quatro espigões, não foi uma criança que se encostou e ela caiu porque estava só fixa com silicone. Para si a placa não é colocada, porque não há vontade de a colocar, não é por o piso estar em risco de abater. Na via é que existe um pequeno declive, junto aos esgotos, mas nada tem a ver com o local da placa. Considera que o senhor presidente da Junta de Freguesia do Samouco não se comportou bem, quando mentiu nesta assembleia sobre a situação, julga que a sua ânsia de ataque à força política que antes esteve na autarquia é de tal forma que não olha a meios para atingir fins. Asseverou que tinha 74 anos de idade e quando senhor presidente da junta nasceu, já era presidente da Junta de Freguesia do Samouco, por isso quando lhe tenta colocar na sua pessoa incompetência ou desconhecimento ou que fala sem saber, está enganado, dado que tem muitos anos de servir a população do concelho (elencando algum do seu percurso autárquico) de forma séria e honesta, não tendo o hábito de fazer afirmações daquilo que não conhece. Não vê o senhor presidente da Junta de Freguesia do Samouco como um inimigo, vê-o como um adversário político, com opiniões diferentes, contudo, quando se tem uma opinião, tem-se de a sustentar, defender e demonstrar, não se pode falar só por falar. Não se pode falar para atingir um fim, na base de factos que não são corretos, nem verdadeiros.

Terminou referindo que a placa deveria ser urgentemente colocada no local, não se justificando que a mesma esteja há dois anos em manutenção.

– Presidente da câmara

Por solicitação do senhor presidente da assembleia, em resposta às questões colocadas, no que concerne ao Plano Municipal de Ação Climática informou que a câmara municipal já se encontra a algum tempo com a colaboração da S.Energia a desenvolver o plano, estimando que no final do presente ano o mesmo esteja pronto para ser apresentado.

Em relação ao concurso para médicos de família, referiu que no ACES Arco Ribeirinho nunca tinham sido abertas tantas vagas, ou seja, vagas para 56 médicos, onde estava previsto para o concelho de Alcochete 6 ou 8 médicos para o Centro de Saúde de Alcochete e Extensão de Saúde do Samouco, não sabendo precisar se eram 6 para Alcochete e 2 para o Samouco ou se os 6 já contemplavam os 2 médicos para o Samouco. O concurso chegou ao fim e das 56 vagas, apenas foram preenchidas 8 vagas, sendo que não coube nenhum médico para o concelho de Alcochete. Informou que muito recentemente esteve reunido com a representante do Conselho Diretivo do ACES Arco Ribeirinho, que fez acompanhar de mais dois representantes e com a Coordenadora de Centro de Saúde de Alcochete, onde manifestou a sua preocupação com a ausência de resposta por parte de licenciados em medicina aceitarem fazerem parte do ACES Arco Ribeirinho. Revelou que a câmara municipal se disponibilizou, a exemplo de outras autarquias, para criar algum sistema de incentivos de forma a se poder ter resposta aos vazios que os concursos apresentam e no sentido de preencher as vagas e as lacunas que atualmente existem no serviço do Centro de Saúde de Alcochete.

Quanto às questões colocadas pela deputada Sofia Giro e no que diz respeito à Estrada Real, que alegou que em pleno século XXI não existe saneamento básico, mencionou que não existe na Estrada Real, como não existem noutros locais do concelho de Alcochete. Salientou que o atual executivo requalificou há relativamente pouco tempo a Estrada de Vale Figueira, que também não

tinha saneamento básico, um troço com muitos mais moradores que o troço da Estrada Real, mas ainda assim, enquanto houver uma pessoa que não tenha saneamento básico é uma preocupação para si. E por isso, é que já se encontra em curso o procedimento para requalificação da rua do Aceiro, em Passil, que abrange uma parte que confina com a Estrada Nacional n.º 4, onde existe comércio e moradores em maior número que o troço da Estrada Real, mas a seu tempo se chegará também a esse troço.

Respeitante à Escola Básica 2, 3 El Rei D. Manuel I, referiu que era um problema sério, recordando que o mesmo remonta ao tempo do Primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, na altura em que as escolas estavam sob a gestão dos Governos e que pouco se falava sobre o assunto. É um problema que não está dentro da descentralização de competências, dado que a descentralização não veio imputar despesa acrescida àquilo que já existia. Confirmou que, de facto, existe uma sobrelotação da escola, existem por volta de 50 turmas, quando apenas deviam existir 30, tendo-se um número inflacionado de cerca de 20 turmas, porém o problema não tem apenas só a ver com as salas de aulas, tem a ver com refeitório, com a cafetaria, com a biblioteca, isto é, todos os espaços que fazem parte deste estabelecimento de ensino, mas tudo se está a fazer para que esta escola seja alvo de atenção. Ressalvou que há pouco tempo a escola tinha telhados de amianto e foi o Partido Socialista que resolveu a questão no mandato anterior num investimento que ascendeu a cerca de €150.000,00. Agora é necessário requalificar e ampliar a escola, onde se estará a falar de um investimento de mais de €8.000.000,00, sendo que €4.000.000,00, julgando até eu o valor será superior, será apenas para a ampliação do espaço de modo a albergar o número inflacionado que existe de turmas. No âmbito das reuniões de acompanhamento e monitorização da descentralização de competências, conjuntamente com delegado regional e agrupamento de escolas, estão a ser desenvolvidos os procedimentos para elaboração do projeto de ampliação e requalificação deste estabelecimento de ensino.

Em relação aos mariscadores, mencionou que era um problema com 12/13 anos, que quando nasceu não foi resolvido, não houve competência por quem

de direito para resolver, considerando que quem na altura estava no executivo da câmara municipal, estava exatamente na mesma posição que se encontra o atual executivo, ou seja, faz aquilo que na realidade é possível fazer, sem competência e sem meios para um assunto que não assenta só no nosso país, estende-se por Espanha, França e Itália e ao contrário do afirmado pela deputada, ninguém assobiou para o lado, o problema sempre foi enfrentado de frente, olhos nos olhos sem qualquer problema. A apanha de bivalves é interdita a montante da ponte Vasco da Gama, sendo o IPMA (Instituto Português do Mar e da Atmosfera) que tem competência para definir esse critério, a jusante da ponte Vasco da Gama já é possível apanhar, mas uma quantidade mínima. Existe a consciência que esta atividade para muitas pessoas é a forma de ganhar pão, contudo, sendo esta atividade não permitida incorre-se numa série de crimes, crimes ambientais, de saúde pública, económicos, atentados ao pudor, enfim um conjunto de situações que têm de ser encaradas de frente por um conjunto de entidades, entidades que não estiveram todas presentes na megaoperação, como assim definiu a comunicação social, como, por exemplo, a Guarda Nacional Republicana. Envolveu só a Polícia de Investigação da Polícia Marítima, o SEF e a ASEA. Considera que não se pode ser leviano quando emitimos opinião sobre este assunto, nomeadamente quando se diz que se devia regulamentar a atividade, isto é, como se pode regulamentar uma atividade que é proibida a montante da ponte Vasco da Gama? Também, não se pode dizer que a construção de uma depuradora resolve o problema, percebendo até que se possa dizer isso, porque foi o Governo do senhor Primeiro-ministro António Costa com a sua Ministra do Mar da altura, Ana Paula Vitorino, que fizeram o lançamento da primeira pedra para construção de uma depuradora no Barreiro, não sabendo porque a mesma não avançou naquela data, mas pode dizer que presentemente uma depuradora não resolve o problema, dado que este é um problema grande que abrange outros problemas a que chama de colaterais, ou seja, o pertença tráfico humano e de habitação em condições dignas para os trabalhadores, porém não percebe como se poderia resolver a questão da habitação ou dos direitos dos trabalhadores quando a atividade de apanha de bivalves é proibida.

Seguidamente informou que a ponte Cais não é património da autarquia, é da Administração do Porto de Lisboa, realçando que há cerca de 2/3 semanas reuniu com o senhor Ministro das Infraestruturas, João Galamba, onde entregou um dossier com os problemas que a ponte Cais apresenta, com fotografias e relatórios que as equipas do município concretizaram e realizaram, assim como do porto de acostagem que também apresenta problemas sérios e que precisa de intervenção. Mais informou que a câmara municipal há 2/3 anos colocou na via pública um pino antimotim por forma a evitar a circulação abusiva de viaturas que não estão devidamente autorizadas a circular na ponte Cais.

– Leonel Fina, bancada do PS

Na qualidade de presidente da Junta de Freguesia do Samouco, em resposta ao deputado Álvaro Costa afirmou que esteve presente no local e mais centenas de pessoas quando a placa caiu. Portanto, dizer que a placa foi arrancada e vandalizada durante a noite, dá para saber quem está a mentir. Propôs irem os dois, conjuntamente com uma pessoa neutra, fazer a avaliação de como é que a placa foi fixa, verificar se foi bem ou não fixa.

Seguidamente informou que a placa ainda não tinha sido colocada porque a deputada da Assembleia de Freguesia, Raquel Prazeres, ofereceu a mão-de-obra do senhor Cristóvão para a montar, o que aceitou, tendo se disponibilizado até para ajudar. Contudo, a junta de freguesia está com obras a decorrer, só tem uma pessoa ao serviço, pelo que ainda não houve tempo de a colocar. Mas antes da mesma ser colocada convida-o a ir ao local, com uma pessoa neutra. Ressalvou que na sala estava presente a pessoa que o filho levou com a placa em cima, aquando da atuação do Coro em frente à Igreja Matriz, portanto não foi durante a noite com abanões, pessoa que também poderá acompanhar ao local para avaliação de como a placa foi fixa.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Mencionou que era óbvio que a placa não estava colada com silicone, que era óbvio que a mesma estava fixada com quatro espigões cravados de ferro,

sendo também óbvio que a placa foi abanada até partirem os espigões, se não caiu na altura e depois aconteceu esse episódio, não coloca o sucedido em causa, porém a questão é a afirmação taxativa que a placa foi mal cravada ao chão. Os espigões ainda lá se encontram no piso e em volta destes tinha cimento cola, vestígios de silicone não se vê. Tanto que para fixar a placa no mesmo sítio terão de ser retirados os espigões que lá se encontram ou então terão de a colocar um bocado mais ao lado. Considera que dois anos para fixação da placa é muito tempo, assim como o elemento da Assembleia de Freguesia, que por esse motivo é que ofereceu a mão-de-obra. Afirmou que estava disponível para acompanhar o senhor presidente da junta para analisar a forma como a placa foi fixada.

– Helena Batista, bancada da CDU

Apresentou o seguinte Requerimento:

1. «Alguns meses após a tomada de posse dos novos órgãos autárquicos foi questionado em Assembleia Municipal acerca dos novos acordos de execução a celebrar entre a Câmara e as Juntas de Freguesia;
2. O Presidente da Câmara esclareceu na altura que ainda estavam a ser discutidos com as Juntas as competências a transferir;
3. A Câmara Municipal nunca deixou de pagar às Juntas as verbas acordadas no âmbito dos acordos de execução e recebem por duodécimos, todos os meses, o que sucede até à presente data;
4. Os valores a transferir para as Juntas de Freguesia sempre constaram dos Orçamentos aprovados pela Câmara e pelos Orçamentos das respetivas Juntas de Freguesia;
5. Nos termos da Lei 75/2013 de 12 de setembro – Regime Jurídico das Autarquias Locais – os acordos que estão em vigor são os acordos de execução que vêm dos anteriores mandatos porquanto nos termos do:

Artigo 33.º

Competências materiais

1. Compete à câmara municipal:
 - n) Submeter à assembleia municipal, para efeitos de autorização, propostas de resolução e revogação dos contratos de delegação de competências e dos acordos de execução.
6. Ora, a Câmara Municipal, até hoje, nunca resolveu ou revogou os acordos de execução existentes;
7. Até porque se tivesse existido revogação ou resolução dos acordos de execução caberia à Assembleia Municipal autorizar, conforme previsto no:

Artigo 25.º

Competências de apreciação e fiscalização

1. Compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal:
 - L) Autorizar a resolução e revogação dos contratos de delegação de competências e a resolução dos acordos de execução.
8. E tal, até hoje, não sucedeu;
9. Mantendo-se válidos e em vigor os acordos, a bancada da CDU questiona a Câmara Municipal:
 - a) Qual o motivo pelo qual, em quase dois anos de mandato, não foram ainda apresentados os relatórios dos trabalhos desenvolvidos, às bancadas com assento na Assembleia Municipal?
 - b) Se as Juntas de Freguesia do concelho estão a receber os valores respeitantes aos acordos de execução, para, em conformidade

com os mesmos, desenvolverem competências, o que têm feito as Juntas de Freguesia?

10. Há mais de dois anos que não existe qualquer transparência nesta matéria, tendo em conta que a única coisa que se sabe é que a Câmara paga às Juntas os valores acordados e as Juntas recebem estes valores;
11. Solicita-se à Câmara Municipal que faça chegar, no prazo máximo de 10 dias, os relatórios das juntas de Freguesia, elaborados ao abrigo dos acordos de execução;
12. Esclarecemos que o artigo 3.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais – prevê no seu artigo 3.º, alínea d) que a atividade financeira das autarquias locais desenvolve-se com respeito, nomeadamente, pelo princípio da Transparência;
13. Prevê ainda o artigo 7.º (Princípio da Transparência) da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, no artigo 7.º o seguinte:
 1. A atividade financeira das autarquias locais está sujeita ao princípio da transparência, que se traduz num dever de informação mútuo entre estas e o Estado, bem como no dever de divulgar aos cidadãos, de forma acessível e rigorosa, a informação sobre a sua situação financeira,

Transparência, que ora, se requer.»

– Ana Brandão, bancada da CDU

Apresentou a seguinte Recomendação:

«A operação iniciada na manhã de 21 de junho do corrente, de combate ao tráfico de seres humanos desencadeada por diversas forças e serviços de segurança com incidência também na freguesia do Samouco, põe em evidência a preocupante situação em que é exercida desde há muitos anos a atividade de mariscadores, nomeadamente por trabalhadores imigrantes em situação ilegal.

Como defendeu a deputada do PCP no PE, Sandra Pereira (no quadro das Jornadas de Trabalho dos Deputados do PCP no Parlamento Europeu, no distrito de Setúbal) quando no passado dia 19 de junho, se deslocou ao Samouco e contactou com estes trabalhadores, na sua maioria tailandeses: “a integração plena na vida económica, social e cultural na nossa sociedade; a efetiva proteção e defesa dos direitos destes trabalhadores; o necessário combate aos salários baixos, à precariedade e à falta de condições de trabalho”, são medidas urgentes.

Naturalmente que o nosso concelho não é imune a estes problemas, considerando a situação preocupante destes trabalhadores no plano das condições de trabalho e de alojamento.

Depois, é preciso ter em conta a realidade vivida no Estuário do Tejo onde trabalham hoje milhares de mariscadores, muitos deles em situação irregular, “presos” nas malhas de redes exploradoras e que, fruto da total precariedade em que exercem o seu trabalho, acabam vítimas de cargas horárias violentíssimas, péssimas condições de trabalho, total ausência de segurança social ou laboral, sendo frequentes os acidentes laborais que culminam em morte.

Importa recordar que dados de 2020 onde se estimam a existência de cerca de 5000 mariscadores no ativo no Estuário do Tejo, o que contrastava com o número de apanhadores registados e com licença, que eram de 168 efetivos.

E não deve ser ignorado que o fruto do trabalho destes mariscadores, a produção anual de milhares de toneladas de bivalves, acaba por sair do circuito

legal, sendo por vezes desviada para outros países, nomeadamente Espanha, de onde é depois importada, prejudicando o Estado Português (pela impossibilidade de cobrança de impostos), a capacidade produtiva nacional e criando riscos para a segurança alimentar das populações.

A bancada da CDU propõe que a Câmara Municipal de Alcochete diligencie junto do Governo uma intervenção pronta que no imediato passa por:

- 1) A instalação de uma linha SOS de apoio a estes imigrantes, muitos deles nem sequer falam português;
- 2) O devido acompanhamento destes casos por parte das estruturas com ligação aos migrantes e às condições de trabalho, como são exemplo o SEF e a ACT;
- 3) Tomada de medidas, sucessivamente adiadas, mas que são sobejamente conhecidas, nomeadamente, a regulação das relações laborais neste setor e a criação de depuradoras para a resolução dos graves problemas relacionados com a apanha de bivalves no Estuário do Tejo, nomeadamente, os relacionados com a saúde pública.»

Após leitura da Recomendação, seguiram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da assembleia

Mencionou que para si existe muita confusão quanto a esta situação, por exemplo não se pode falar de relações laborais, porque não existe patrão, não existe contrato de trabalho, os mariscadores andam na apanha de bivalves por conta própria, falar de exploração, só se for de quem compra. Depois pedir à câmara municipal que resolva um problema que não é da sua competência, já não era do tempo da câmara CDU, como não é agora com a câmara PS, é um problema nacional. Existe uma ação ilegal, porque é proibido apanhar amêijoia da Ponte Vasco da Gama para o lado da vila, o IPMA proíbe a apanha de bivalves por questões de saúde pública, porque é nefasto para a saúde,

portanto, para si não faz sentido se andar há anos a discutir a legalização desta apanha que é nefasta para a saúde pública e se andar a pedir que legalize a situação e para que se construa uma depuradora quando é proibido apanhar amêijoa. É o Estado que tem competência para resolução da situação, com a aplicação da Lei e até agora tem sido neutro e nada faz para acabar com uma atividade que é ilegal. Estar-se a pedir para legalizar uma situação que é ilegal, é o mesmo que falar dos traficantes de droga, discutir se é preferível legalizar ou não a sua atividade.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Referiu que o documento não pede à câmara municipal para solucionar o problema, solicita que a autarquia junto das entidades competentes questione e exija intervenção para resolução o problema, dado que terá de ter solução. Quanto às relações de trabalho, é certo que não há patrões, contudo existe regulação para a pessoa que trabalha por conta própria, há direitos e há deveres. Se trabalham, se apanham e se vendem é uma atividade por conta própria, vivem na clandestinidade porque não existe regulamentação. É possível legalizar, basta fazer cumprir a Lei. Asseverou que quando o Governo tomou a decisão de lançar a primeira pedra para construção da depuradora, foi porque sabia que o problema existia e foi no sentido de o marisco ir para a depuradora para depois poder ser comercializado no mercado em condições sanitárias para que todos possamos usufruir dessa situação. É verdade que existe uma zona do Estuário do Tejo onde não é permitido a apanhar marisco, local onde estão depositados os materiais pesados, como o chumbo e o mercúrio, pelo que esses bivalves estão contaminados e colocam em risco a saúde pública, porque uma pessoa que comer amêijoa que não tenha ido à depuradora, ao fim de uns anos poderá ter problemas no fígado ou outra parte do corpo. Realçou que foi efetuado um estudo e a conclusão é que existem 5.000 mariscadores no Estuário do Tejo e só 167 é que estão legalizados, assim, com base nesse conhecimento, questionou porque é que os mariscadores têm vindo em crescente a aumentar e porque não existe uma fiscalização mais objetiva, mais concreta. Na sua perspetiva não é difícil, basta as autoridades estarem no rio Tejo todos dos dias e em média são menos 13

toneladas de amêijoa que não entra no circuito comercial, não sendo o país defraudado em impostos. A situação não é fácil de resolver, mas também não é difícil de controlar, porque se a polícia marítima estiver a controlar o Estuário do Tejo, os mariscadores já não são vistos a entrar e a sair do rio, é uma questão que tem solução. A Recomendação não é no sentido de o município solucionar o problema, porque não pode, não tem condições, mas pode diligenciar perante as autoridades. Aquando da operação do dia 21 de junho, com certeza que os mariscadores foram interrogados e identificados, as autoridades ficaram com os dados dos que estão legais e dos ilegais, provavelmente a maioria tem atestado de residência para permanecer no nosso país, sendo que as questões laborais e de habitação serão da sua responsabilidade, contudo as instituições terão de acompanhar as necessidades dessas pessoas, no que diz respeito à saúde e alimentação, sabendo que não é fácil, porém terá que haver um esforço e insistência por parte das instituições. Salientou que há anos que o assunto é discutido, contudo terá que continuar a ser falado, porque o problema terá que ter um fim, nada contra as pessoas, porque os imigrantes são fundamentais para a economia do país, ainda é necessária mais mão-de-obra, mas a Lei tem que ser cumprida e quem compete fazer cumprir as Leis são as entidades competentes, porque e se as entidades competentes não fazem funcionar as Leis, pergunta quem está fora da Lei, quem anda à apanha da amêijoa ou quem não faz cumprir a Lei? Para si quem tem a responsabilidade primária é quem tem o dever e obrigação de controlar e ajudar os mariscadores a poderem ter melhores condições.

– Presidente da assembleia

Referiu que participou em algumas reuniões com as entidades e aquilo que se percebeu é que esta atividade é nefasta, quer para o ambiente, quer para o ecossistema porque destrói o leite do rio, quer para as espécies que vivem no rio, porque varrem o leite do rio onde os peixes desovam, havendo cada vez menos peixe, dito pelos pescadores. Portanto, para si não se deve legalizar uma atividade que é nefasta. Por razões de saúde pública não se pode estar a pedir para legalizar a situação, o mercúrio e chumbo criam cancro nas pessoas, estas se consumirem a amêijoa têm probabilidade de vir adquirir

cancro, por isso é que a apanha é interdita pela entidade das Pescas. Também para si não se pode estar a discutir a construção de uma depuradora, quando é proibido a apanha de bivalves.

Afirmou que acha interessante as reportagens após a intervenção das forças de autoridade, dado que no fim do dia o responsável pela operação vem dizer que 97% das pessoas estão com contrato de trabalho em Portugal legal, porém não estão a trabalhar no local onde têm o contrato de trabalho, entram no país com um contrato de trabalho para a agricultura e depois estão a apanhar amêijoa, pelo que dizer que têm um contrato legal, considera que é brincar com todos nós. Nenhum estrangeiro que ande na apanha de bivalves tem contrato legal.

– Ricardo Loureiro, bancada do PS

Mencionou que a prática da apanha da amêijoa influencia algumas espécies, por exemplo a fauna do linguado, que no rio Tejo está quase extinta, uma das espécies que existia com abundância e presentemente não se consegue pescar, porque é um peixe que anda mesmo no fundo do rio e com a revolta diária que existe nos terrenos praticamente está extinta. Quanto ao afirmado pelo deputado Álvaro Costa quanto à questão dos contratos por conta própria, asseverou que não se pode criar ou permitir um regime de trabalho independente, porque a atividade está definida como ilegal, portanto se é ilegal não tem como legalizar uma relação de contrato de trabalho, como por exemplo vender droga também está definido com ilegal, pelo que atividades como vender droga ou apanhar amêijoa sem a devida licença são a mesma coisa, porque está em causa a saúde pública. Informou que não era efetuada uma amostra a cada amêijoa para descobrir se cada uma delas tem mercúrio e saber se pode ser ou não consumida. O que acontece regularmente é a DGRM (Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos) e o IPMA fazerem teste às zonas de lama para identificarem as zonas onde existe concentração de metais pesados. É impossível e inviável a Polícia Marítima conseguir fazer um controlo se determinada quantidade de bivalve foi apanhada numa zona interdita ou não, porque não se consegue fazer um teste amêijoa a amêijoa. O consumo desta amêijoa a longo prazo pode trazer um

risco para a saúde pública muito generalizado de cancro e depois ninguém vai querer assumir as responsabilidades, acreditando que este é o principal entrave para a não legalização da captura da amêijoa, pela impossibilidade de se controlar as diferentes zonas. Portanto, para si, tem de se cumprir a Lei, que é impedir a apanha da amêijoa ao máximo por via da Polícia Marítima, porque não é possível controlar, nem fiscalizar do ponto da garantia da saúde pública. Salientou que no ano transato, talvez porque os níveis de mercúrio estavam mais críticos, houve uma maior capacidade de resposta com a existência de um frequente piquete da Polícia Marítima, tendo a captura diminuído, portanto, não tem dúvidas que maior fiscalização por parte desta entidade poderá resolver o problema.

– Presidente da câmara

Considera um pouco atópico aquilo que no fundo assenta a Recomendação, porque se há assunto que se tenha empenhado quer do ponto de vista do exercício das suas funções, quer pessoalmente, tem a ver com esta matéria. Portanto, tudo o que possam recomendar hoje, amanhã ou no próximo mês são aspetos que desde o dia 24 de outubro de 2017 tem efetuado. Lembra-se de ter tido uma reunião com o senhor Ministro do Mar da altura, com a senhora Secretária de Estado das Pescas e com o senhor Diretor Executivo do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, onde este último lhe disse olhos nos olhos o seguinte: “senhor Presidente, esta amêijoa é mortífera, mata”. É sabido que dentro de água a competência é da Polícia Marítima, fora de água a competência é da G.N.R., mas tendo em conta a extensão do Estuário do Tejo que é enormíssima, a Polícia Marítima não tem meios, quer do ponto de vista dos recursos humanos, quer dos meios para estar permanentemente dentro de água a fazer fiscalização, da mesma forma que a G.N.R. não tem recursos humanos e meios para estar constantemente em fiscalização. Ressalvou que no dia da megaoperação todas as televisões, tudo o que era jornalista falou do assunto, contudo no dia imediatamente a seguir já não se passava nada de anormal, era tudo normal. Informou que nesse dia aquando do decurso da reunião de câmara ficou a saber que havia um conjunto grande de trabalhadores da autarquia envolvidos na ajuda no período pós-operação, da

área da Ação Social e Serviço Municipal de Proteção Civil, pelo que se dirigiu ao local. As pessoas que foram identificadas, nenhuma foi presa, nem detida ou retida, apenas foram retiradas de um determinado local e foram colocadas no Pavilhão Municipal do Samouco, num total de 104 pessoas e foi a câmara municipal por via do Setor de ação Social, juntamente e em articulação com a Segurança Social (que apareceu posteriormente) que fizeram um levantamento, não tendo visto ninguém da Polícia de Investigação no local. A autarquia proporcionou o melhor conforto possível aqueles indivíduos, contudo as pessoas estavam desejantes de sair dali, pelo que à noite dos 104 só já restavam 84, tendo estes pernoitado no pavilhão, na manhã seguinte ainda o sol estava a nascer, só já existiam 50 e ao longo do dia foram saindo os restantes, ficando apenas uma pessoa que foi transportada ao hospital, porém quando regressou voltou para o seu habitat natural.

Quanto à questão da depuradora, considera que o Governo teve o devaneio de construir a depuradora porque provavelmente desconhecia a matéria. O diretor executivo do IPMA transmitiu-lhe que o problema não se resolvia com uma depuradora, pelo que lhe questionou como se resolvia e a resposta foi um encolher de braços, portanto o problema é todo um processo complexo e difícil de resolver. Para si considera que não é justo um trabalhador trabalhar um mês inteiro e ver 50% do seu salário reverter a favor do Estado e depois existir uma série de pessoas que não fazem absolutamente nenhuns descontos, são milhões e milhões de euros que o Estado Português deixa de receber. Não lhe parece que estas pessoas que vieram para o nosso país queiram outro tipo de trabalho, porque ninguém os obriga a andar na apanha de bivalves, poderiam ser orientados e nesse sentido é que no dia da megaoperação esteve um tradutor que conversou e explicou-lhes que poderiam ser acolhidos num centro de acolhimento e tratar de ter um emprego em condições, naturalmente, que não seria na apanha de amêijoas, possivelmente na agricultura ou nas obras, até porque existe falta de mão-de-obra nestas áreas, porém essas pessoas não é isso que procuram.

Informou que esteve presente na apresentação de um trabalho realizado pela Faculdade de Ciências de Lisboa conjuntamente com os presidentes das Juntas de Freguesia de Alcochete e do Samouco, há cerca de dois meses, que

contou também com a presença do Comandante da Capitania do Porto de Lisboa, G.N.R. e alguns mariscadores inscritos e registados, tendo sido relatado que é assustador olhar para o fundo do rio, dado a forma como o mesmo está revolto. Na ótica dos investigadores a amêijoa está a desaparecer e levar muito mais tempo a crescer face àquilo que acontecia há uma década.

Seguidamente, mencionou que o executivo da câmara municipal não ignora o problema, sempre partilhou com todos o trabalho desenvolvido sobre esta matéria, um trabalho que considera exemplar, infelizmente não tem obtido os resultados que todos ambicionamos, que era que o problema se erradicasse e fosse resolvido, contudo quando existe necessidade de o problema ter uma forma maior, são criadas Moções que tem aceitação por parte dos vereadores da CDU, que são enviadas para o senhor Presidente da República, senhor Primeiro-ministro, ministérios e para os grupos parlamentares.

Salientou que uma situação que o deixa completamente frustrado é o facto de em sede do Conselho Metropolitano de Lisboa nenhum presidente de câmara, exceto a sua pessoa, abordar esta problemática dos mariscadores.

O problema não foi possível de resolver até aqui, seguramente não será possível nos tempos mais próximos, porém, na sua opinião se se conseguir mitigar o problema já são passos importantes e fundamentais.

– Helena Batista, bancada da CDU

Referiu que está de acordo com o presidente da câmara quando diz que se sente frustrado por não obter nenhuns resultados, contudo fica triste pela afirmação do presidente da assembleia por dizer que este um não assunto, que não há nada a fazer. É residente em Samouco há 20 anos e considera que se deve discutir o assunto, enquanto não se resolver os problemas dos habitantes e não só do Samouco. Para si o presidente da câmara dizer que no dia seguinte ao evento toda a gente se esqueceu do problema e não já não se falava do assunto, considera que não é verdade, porque os habitantes do Samouco vivem este assunto todos os dias, no dia seguinte não se esquecem,

porque saem à porta e é uma realidade muito visível, está-se a falar de pessoas que resolveram investir no Samouco, que compraram casas nesta vila quando esta não era assim, portanto existe uma desvalorização também do território, existem problemas de segurança, não existe usufruto da praia, porque não se pode frequentar um sítio onde nos sentimos ameaçado, não há possibilidade de desfrutar do parque de merendas porque está sempre encerrado, não há possibilidade de desfrutar de um património histórico e arquitetónico, como é o Cais Palafítico do Samouco que é vandalizado todos os dias e porque é acesso à praia pelos mariscadores, não existe nenhuma reflexão relativamente à poluição provocada todos os dias por estas pessoas que entram rio a dentro todos os dias. É na praia do Samouco que se negociam motores de barcos ilegais, se comercializa carros ilegais, que se atribui licença de habitação e que se fazem vendas ambulantes não legais. É a praia do Samouco que tristemente se vê a ser vandalizada todos os dias e se vê transformada numa lixeira a céu aberto. Questionou qual foi a campanha desenvolvida para integrar estas pessoas, traduzida na língua deles de forma a acolhê-las e por forma a integrá-las na nossa comunidade, de forma a não criar um impacto tão negativo aos residentes e essas pessoas. Vive-se de costas voltadas, porque não se consegue comunicar com eles e eles não podem comunicar connosco, com exceção das Festas em Honra da Nossa Senhora do Carmo, onde eles convivem com a população e desfrutam da nossa cultura. Mais questionou porque é que esta comunidade não pode ser integrada e por que não se fazem esforços para que não aconteçam estes eventos tão violentos.

– Presidente da assembleia

Mencionou que há anos que discute o assunto em assembleia municipal, salientando que o problema não reside em tratar bem as pessoas, é um problema de autoridade do Estado. É ilegal, proíbe-se. Dizer que as pessoas têm de ser bem tratadas, quando o senhor presidente da câmara acabou de informar que as pessoas foram colocadas no pavilhão municipal para através da segurança serem acolhidas, terem um contrato de trabalho e condições dignas e o que é que essas pessoas fizeram? Fugiram. Para si é contraditório a

deputada queixar-se que a praia é vandalizada e depois pedir para legalizar a atividade. Há 40 anos, em Alcochete e Montijo pescava-se ao cerco no rio, a Lei foi alterada e proibiu-se esta pesca e o que aconteceu? Deixou-se de exercer este tipo de pesca. A apanha de bivalves é uma atividade proibida, pelo que não faz sentido andar a discutir o que se deve fazer para legalizar a atividade, onde está em causa um problema de saúde pública, o marisco que é apanhado provoca cancro, confirmado por institutos científicos, pelo que não se pode pedir para o Estado legalizar esta atividade, o Estado tem é que exercer a Lei.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Referiu que a atividade mariscar é legal, é permitido mariscar no Estuário do Tejo, existem cerca de 200 licenças para mariscadores. Asseverou que existiu uma megaoperação como nunca tinha acontecido, com todo o alarido que provocou e se no outro dia parecia que não se tinha passado nada e cada um voltou para a sua casa, questionou qual foi o objeto das entidades. Mencionou que o objetivo da Recomendação é para a assembleia municipal, assembleias de freguesias e executivo da câmara municipal que é o digno representante da comunidade de Alcochete, perguntar às entidades qual foi o resultado, qual foram as conclusões, qual foi o relatório da megaoperação, se veio ajudar ou não na resolução do problema, não é para dizer que a autarquia tem obrigação ou condições para resolver o problema. A câmara municipal faz aquilo que habitualmente sempre fez, que é exigir a resolução do problema. Não existe a questão de legalizar, existe a questão de fiscalizar, porque a apanha da amêijoa está legalizada, só que não podem andar 5.000 a apanhar amêijoa num local onde só 167 têm licença para mariscar, considerando que não se pode dizer que não há poder de fiscalização, existe, pelo que é só utilizarem, só vão 5.000 mariscadores para o Estuário do Tejo todos os dias porque permitem, porque se entenderem que não devem ir, há condições mais do que suficientes para não permitir, as autoridades têm condições para evitar, basta apenas estarem no local quando a maré está vazia.

Aludiu que esta amêijoa só existe no Estuário do Tejo há cerca de 20 anos, antes não existia, não é uma espécie autóctone, foi semeada com o objetivo da reprodução porque absorve uma bactéria que ataca o cimento, de acordo com expressão de um técnico ligado ao IPMA na altura.

Asseverou que o sentido da Recomendação não é legalizar o que é ilegalizável, é para resolver o problema que existe, ou seja, se não podem ir mariscar porque é proibido, então que fiscalizem, porque se deixam fazer, deixa de ser proibido, é como tivessem autorização para fazer. Também é um documento para chamar a atenção para que a megaoperação não seja aquilo que parece ser, foi mega naquele dia e no outro dia estava tudo na mesma, sendo também um documento para agregar vontades para não deixar morrer o problema e é dirigido ao executivo da câmara municipal, porque é quem representa os munícipes do concelho de Alcochete, até os ilegais e para não deixar adormecer as entidades.

– Presidente da assembleia

Frisou que a assembleia municipal também representa os munícipes e salientou que não se pode confundir licença de mariscador, com áreas interditas, são situações distintas, área interdita é para toda a gente.

– Presidente da câmara

Referiu que quando disse que se realizou a megaoperação e que no dia seguinte não se passava nada, quando diz que não se passa nada, está a falar das autoridades, não está a falar da população residente no Samouco que é aterrorizada por esta atividade de manhã à noite. Quanto ao Parque de Merendas do Samouco comunicou que o mesmo se encontra aberto ao público desde o dia 1 de junho e estará até ao dia 30 de setembro para usufruto de quem queira dele desfrutar. Informou que compete à câmara municipal emitir licenças de habitação e como a câmara municipal não tem nenhuma dependência ou filiação no Samouco e, particularmente, na praia do Samouco,

portanto seguramente não são passadas licenças de habitação na praia do Samouco.

Mais informou que no dia da megaoperação ou no dia imediatamente a seguir, não sabe precisar o dia exato, esteve presente uma representante da Embaixada da Tailândia no local e a preocupação dessa representante foi saber porque as pessoas foram retidas no Pavilhão do Samouco, saber se estavam presas. Foi explicado que não e que a autarquia apenas estava a apoiar essas pessoas para que ali pernoitassem, tendo sido servida uma refeição.

Seguidamente, referenciou que a câmara municipal não pode partilhar com o público geral todo o trabalho que é efetuado com este tipo de pessoas, porque interfere com a integridade e dignidade dessas pessoas. Garantiu que tem havido por parte da autarquia e mormente do Setor de Ação Social e Serviço Municipal de Proteção Civil uma relação muito estreita com a senhora Secretária de Estado da Igualdade e Migrações, no sentido de serem criadas condições para integração destes imigrantes, contudo, estas pessoas não querem ser integradas e isso ficou claro no dia da megaoperação.

Por último, mencionou que a atividade de mariscador é uma atividade muito lata que abrange todas as espécies que existem no Estuário do Tejo, como por exemplo, pé-de-burro, lamejinha, ostra, não existindo licença exclusiva para mariscador de amêijoa japónica.

– Helena Batista, bancada da CDU

Referiu que o senhor presidente da mesa da assembleia proferiu algumas palavras que não coincidiram com a sua intervenção, pelo quis que ficasse claro que a sua intervenção foi contextualizada como residente no Samouco e todas as questões que colocou em nada tiveram a ver com a legalização. A sua intervenção foi exclusivamente referente à sua condição de habitante em Samouco e como todos os presentes na assembleia municipal são representantes dos habitantes do concelho, espera que se continue a tomar

decisões certas e a combater estes problemas e a ouvir todos para a resolução destas questões.

Posteriormente, ao abrigo da alínea c), n.º 2, do artigo 20.º do Regimento da Assembleia Municipal, o presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão a seguinte ata:

- **Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 21 de abril de 2023**

Submetida à discussão e votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

Não votaram: Elisa Beatriz de Jesus Massaroca, Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves, Andreia Patrícia Silva e Sousa e Sofia Reis Giro, por não terem estado presentes, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código Procedimento do Administrativo.

Ao abrigo da alínea f), do artigo 20.º do regimento da Assembleia Municipal, usaram da palavra os seguintes membros:

- Diogo Mourão, bancada do PS

Apresentou o seguinte Voto de Louvor “Coletividades do Concelho”:

«Os elementos da bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal vêm por este meio apresentar um Voto de Louvor às distintas coletividades do concelho, que comemoraram os seus aniversários, designadamente:

- A Casa da Malta, que no passado dia 1 de maio completou o seu quadragésimo aniversário;

- O Grupo de Forcados Amadores do Aposento do Barrete Verde, fundado a 22 de maio de 1965, pelo seu quinquagésimo oitavo aniversário. Comemoram-se 58 anos de tradição do grupo mais antigo do concelho e dos mais diferenciadores do país que à arte de pegar toiros e defesa da festa brava diz respeito;
- O Vulcanense Futebol Clube, que no passado dia 10 de junho, dia de Portugal, comemorou 61 anos de existência a promover a prática desportiva no concelho de Alcochete;
- O Agrupamento 223 do Corpo Nacional de Escutas, fundado a 24 de junho de 1966, pelo seu quinquagésimo sétimo aniversário. São 57 anos a dignificar o Escutismo no nosso concelho;
- O Grupo de Forcados Amadores de Alcochete, fundado a 24 de junho de 1971, pelo seu quinquagésimo segundo aniversário. Há 52 anos que o grupo pratica a arte de pegar toiros, defende a festa brava e dignifica o nome de Alcochete, aqui e além-fronteiras;
- O Grupo Motard do Convento de São Francisco, fundado a 25 de junho de 2000, pelos seus vinte e três anos de existência;

Louvamos também a Comissão de Festas da Festa de Confraternização Camponesa de São Francisco pela 49.^a edição das Festas de Confraternização Camponesa de São Francisco, que se realizou entre os dias 1 e 4 de junho. Foram dias vividos com muita alegria, onde não faltou animação e um programa vasto, que enalteceu a freguesia de São Francisco. Todo o certame ocorreu sem registos de ocorrências reprobatórias.

E, para terminar, louvamos a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Baptista de Alcochete que entre os dias 23 e 25 de junho, em conjunto com a Câmara Municipal de Alcochete e a Junta de Freguesia de Alcochete organizou as Festas de São João Baptista. Enaltecemos as atividades e animação apresentadas, também com a colaboração da Casa da Malta, do Clube Taurino

de Alcochete e do CIRE, que ajudaram nas celebrações no nosso santo padroeiro, São João Baptista.

Solicita-se à presente Assembleia Municipal, reunida ordinariamente a 30 de junho de 2023, que este Voto de Louvor seja votado e remetido para todas as entidades acima mencionadas.»

Submetido à discussão, não se registaram intervenções.

Submetido à votação, o Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.

– Ana Lúcia Maduro, bancada do PS

Apresentou o seguinte Voto de Louvor “Grupo Desportivo Alcochetense (GDA)”:

«Os elementos da bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal vêm por este meio apresentar um Voto de Louvor ao Grupo Desportivo Alcochetense pelas recentes conquistas desportivas.

A equipa de futebol sénior venceu o Alfarim, da 2.^a Divisão, por 3 a 1, no passado dia 8 de junho, conquistando merecidamente a Taça da Associação de Futebol de Setúbal, feito que muito nos orgulha e que permitirá ao clube presença na primeira eliminatória da próxima edição da Taça de Portugal. Foi um jogo em que lutámos com galhardia, mostrando assim o ADN do clube. Queremos parabenizar os jogadores, a equipa técnica, a Direção e restantes Órgãos Sociais e também os adeptos que se deslocaram à Cova da Piedade para apoiar o clube.

Louvamos também o escalão de Iniciados, sub-15, que no passado dia 21 de maio se sagrou campeão distrital da 2.^a Divisão da Associação de Futebol de Setúbal, ganhando o último jogo no Estádio Municipal do Bravo, no Seixal, contra a equipa local, por 4 a 0, assegurando assim a subida à 1.^a Divisão neste escalão. Em vinte e seis jogos, os iniciados somaram vinte e três vitórias,

dois empates e uma derrota, marcando um total de cento e três golos e sofrendo apenas onze golos.

Congratulamos também o escalão Sub-13, pela vitória na IX Edição da Copa do Guadiana - Fase B, que culminou no dia 28 de junho.

Por todo o prestígio alcançado e por todo o orgulho que nos trouxe, não podíamos deixar de louvar estes efeitos. Que estes títulos vencidos sirvam de inspiração para que se continue a construir uma história de sucesso e a elevar bem alto o nome de Alcochete.

Solicita-se à presente Assembleia Municipal, reunida ordinariamente a 30 de junho de 2023, que este Voto de Louvor seja votado e remetido para a direção e respetivos órgãos sociais do GDA.»

Submetido à discussão, não se registaram intervenções.

Submetido à votação, o Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.

Ao abrigo da alínea e), do artigo 20.º do regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o seguinte membro:

– João Espiga, bancada do PS

Apresentou a seguinte declaração sobre a Inauguração da Incubadora de Negócios “Alcochete UP”:

«As incubadoras de empresas são espaços físicos, que visam promover ou revitalizar o crescimento e o sucesso de modelos de negócio.

Nestes locais, bem apetrechados tecnologicamente, pretende-se criar todas as condições para se estabelecer um ambiente de trabalho motivador e estimulante, que possibilite a interação entre as pessoas e permita partilhar

desafios, cujo objetivo, será munir os empreendedores dos recursos necessários para desenvolverem eficientemente as suas ideias de negócios.

Neste âmbito, com o objetivo de acolher empresas, atrair e reter talentos, portadoras de novas ideias de negócio, a Câmara Municipal de Alcochete, sob a égide do Gabinete de Apoio ao Empresário e ao Empreendedorismo, decidiu, em boa hora, dirigir-se aos empreendedores e disponibilizar no Fórum Cultural de Alcochete, um espaço físico comum para se receberem, implementarem e fortalecerem, várias ideias de negócio, denominado “Alcochete UP”, cujas áreas predominantes de atuação será a Tecnologia, a Cultura e o Turismo, mas temas como a Agricultura e as Pescas, talvez possam ser áreas de atuação futuras. Aqui deixamos a sugestão e lançamos o repto.

Por conseguinte, foi inaugurado, no passado dia 16 de junho, a “Alcochete UP”, momento que contou com a presença de aproximadamente 260 pessoas, facto que denota o interesse crescente da população e do tecido empresarial, por esta temática.

Nesta ocasião, foram apresentadas as instalações, constatando-se que se trata de um espaço físico adequado e bem equipado para acomodar as necessidades operacionais das empresas, as quais destacamos, um espaço comum de escritório, sala de reuniões, áreas de *coworking* e fácil acesso a tecnologia de ponta.

De assinalar, que a infraestrutura existente foi bem reabilitada e adaptada, apresentando um custo de execução reduzido. Desta forma rentabilizaram-se as áreas, tirando-se partido do espaço já existente, por forma a dinamizar-se a circulação e incrementar-se a utilização do imóvel. O Fórum Cultural de Alcochete, de fácil acesso, junto ao Tejo, é realmente um local privilegiado e inspirador, para receber os empreendedores.

Uma palavra dirigida ao novo empreendedor, quando pretende criar ou alavancar um modelo de negócio. Ampliem os vossos horizontes, procurem novas oportunidades de forma a transformarem ideias em ações concretas.

Analise realisticamente as carências do mercado, pesquise e informe-se acerca do tipo de negócio que pretendem implementar, ele certamente vai requerer muita convicção, muita vontade, muito crer e muita entrega, relativamente ao projeto que pretendem desenvolver.

Devem, a par, estar dotados de um conjunto de valências e de características, das quais elencamos as seguintes:

- Identificar e antecipar oportunidades de negócio, de uma forma realista;
- Acreditar e enfrentar adversidades, de uma forma obstinada;
- Calcular e assumir riscos económicos, de uma forma ponderada;
- Saber gerir os sucessos e também os fracassos de negócio, tirando lições, para futuros investimentos.

Estes atributos, constituídos pelas capacidades de visão, de resiliência, de gestão financeira eficaz e de liderança, devem ser transmitidos aos seus colaboradores, inculcando-lhes confiança no projeto que defendem e abraçam.

Uma palavra meritória, dirigida ao executivo municipal, pela sua visão de futuro, ao disponibilizar esta ferramenta de apoio, que apesar de apenas constituir o ponto de partida, alavanca o desenvolvimento da criatividade, da inovação, do empenho e do sucesso.

A bancada do Partido Socialista, está convicta do êxito desta iniciativa, a incubadora de negócios “Alcochete UP”, assente nos valores da tradição, valorização e inovação, contribuirá significativamente para dinamizar o meio empresarial concelhio, promovendo e estimulando o progresso económico e a evolução da nossa terra.

Porque o “Alcochete UP” é um espaço de partilha, de acolhimento de pessoas e de desenvolvimento de ideias, importa deixar uma palavra final de incentivo e de encorajamento aos utilizadores, dizendo:

Sejam Bem-vindos ao “Alcochete UP”. Alcochete precisa de vós e nós estamos convosco.»

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Aberto este período, o senhor presidente da assembleia solicitou a inclusão do seguinte ponto na Ordem do dia: “Designação de 1 novo membro da Assembleia para integrar a CPCJ”, dado a CPCJ ter solicitado a substituição da cidadã Inês Pinto. Ficando o mesmo numerado como ponto 3.

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade a inclusão do ponto.

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

A assembleia tomou conhecimento.

PONTO 2 – ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCOCHETE

Pelo senhor presidente da assembleia foi apresentada a seguinte proposta:

«Na sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 21 de abril de 2023, foi aprovada a proposta de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Alcochete. Com as alterações efetuadas ao artigo 15.º, verifica-se a existência de uma divergência entre o n.º 2, do Artigo 15.º e os n.ºs 3 e 4, do Artigo 16.º, pelo que urge a necessidade de se efetuar alterações ao n.º 3 e eliminação do n.º 4, do Artigo 16.º.

Assim:

Artigo 16.º

Onde se lê: «3. A ordem do dia deve ainda incluir os assuntos que para esse fim forem indicados por qualquer Membro da Assembleia, desde que sejam da competência deste órgão e o pedido seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de:

- a) Cinco dias úteis sobre a data da reunião, no caso de reuniões ordinárias;
- b) Oito dias úteis sobre a data da reunião, no caso das reuniões extraordinárias.»

Deve-se ler: «3. A ordem do dia deve ainda incluir os assuntos que para esse fim forem indicados por qualquer Membro da Assembleia, desde que sejam da competência deste órgão e o pedido seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de:

- a) Oito dias úteis sobre a data da reunião, no caso de reuniões ordinárias;
- b) Cinco dias úteis sobre a data da reunião, no caso das reuniões extraordinárias.»

Eliminação do n.º 4, remunerando-se os pontos seguintes.

Também de acordo com a proposta apresentada para Revisão do Regimento, o “Período de Intervenção do Público” foi alterado para “Período de Intervenção dos Municípios”. Verificando que o n.º 2, do artigo 18.º refere “Intervenção dos Cidadãos”, solicita-se a seguinte alteração:

Artigo 18.º

Onde se lê: «2. Nas reuniões extraordinárias, para além da conferência das presenças, apreciação dos pedidos de justificação de faltas e substituição pontual dos membros ausentes, apenas terá lugar o período “Intervenção dos Cidadãos” e a “Ordem do Dia”.»

Deverá ler-se: «2. Nas reuniões extraordinárias, para além da conferência das presenças, apreciação dos pedidos de justificação de faltas e substituição pontual dos membros ausentes, apenas terá

lugar o período “Intervenção dos Munícipes” e a “Ordem do Dia”.»»

Submetida à discussão não se registaram intervenções.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 3 – DESIGNAÇÃO DE 1 NOVO MEMBRO DA ASSEMBLEIA PARA INTEGRAR A CPCJ

Pela CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alcochete, foi remetida a seguinte comunicação:

«Assunto: Cidadãos designados pela Assembleia Municipal para a CPCJ de Alcochete – mandato cidadão Inês Pinto.

Nos termos dos artigos 17.º, n.º 1, alínea l) e 26.º, n.ºs 1 e 5 da Lei n.º 147/99 de 01.9, na sua atual redação (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo), serve o presente para solicitar que a cidadão designada Inês Pinto, face à impossibilidade declarada por esta em participar das reuniões e ações da modalidade alargada da CPCJ de Alcochete, seja substituída através da designação de novo(a) cidadão(ã) eleitor(a).

A CPCJ de Alcochete agradece a participação de Inês Pinto.»

Submetida à discussão o senhor presidente da assembleia propôs que se mantivesse os pressupostos anteriores, ou seja, cada bancada designar o membro a integrar na CPCJ.

Submetido à votação, foi aceite por unanimidade continuar com o mesmo critério.

Assim, solicitou que a bancada do CDS-PP indicasse um membro para integrar a CPCJ.

Alexandre Gonçalves designou Maria Policarpo.

Submetido à votação, a designação foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

- Não se registaram intervenções.

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 00:15 horas, o presidente da assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Carla Sofia Oliveira, técnica superior, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A TÉCNICA SUPERIOR,